



## QUESTÕES COMENTADAS OAB - Direito Constitucional

### 1. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da CF, não podendo a lei criar qualquer forma de distinção.
- b) O direito fundamental à honra se estende às pessoas jurídicas.
- c) A inviolabilidade do domicílio não alcança o fisco, quando na busca de identificação da ocorrência de fato gerador dos tributos por ele fiscalizados.
- d) A vedação ao anonimato impede o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.
- e) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não no contencioso administrativo.

### 2. Ainda acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A garantia ao direito de herança é um direito fundamental, que não pode ser restringido pela legislação infraconstitucional.
- b) São inafiançáveis os crimes de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, de racismo, de prática da tortura, de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, de terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- c) Conceder-se-á habeas corpus para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- d) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência

### 3. Acerca dos princípios fundamentais da CF, julgue os itens a seguir.

- I. A República é uma forma de Estado.
- II. A federação é uma forma de governo.
- III. A República Federativa do Brasil admite o direito de secessão, desde que esta se faça por meio de emenda à CF, com três quintos, no mínimo, de aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- IV. São poderes da União, dos estados e do DF, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.
- V. A expressão “Estado Democrático de Direito”, contida no art. 1º da CF, representa a necessidade de se providenciar mecanismos de apuração e de efetivação da vontade do povo nas decisões políticas fundamentais do Estado, conciliando uma democracia representativa, pluralista e livre, com uma democracia participativa efetiva.

*A quantidade de itens certos é igual a*

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

### 4. Acerca da organização do Estado, assinale a opção correta;

- a) É de competência concorrente entre a União, os estados, o DF e os municípios legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais.
- b) Lei do estado do Rio de Janeiro que disponha acerca de custas e serviços forenses não se submeterá ao regime constitucional da legislação concorrente.
- c) Os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- d) O prefeito é obrigado a promover o repasse dos recursos financeiros destinados à câmara de vereadores até o dia 20 de cada mês. No entanto, a ausência do repasse até essa data não constitui crime de responsabilidade.
- e) O DF, vedada sua divisão em municípios, reger-se-á por sua constituição, que, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, será promulgada, desde que atendidos os princípios estabelecidos na CF.



**5. Diante da necessidade de se desenvolver economicamente um município, Tibério, seu prefeito criou, por meio de decreto, o programa denominado Plano Tibério de Desenvolvimento Município, e aproveitou a mesma oportunidade para 20 cargos públicos que seriam providos por meio de concurso público. Fez publicar, logo depois, edital de concurso público para provimento desses cargos efetivos, com prazo de validade do concurso em oito meses, prorrogáveis. Foram aprovadas 14 pessoas. Tendo como referência a situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta acerca da administração pública.**

- a) O prazo de validade do concurso em tela poderá prorrogado, desde que não ultrapasse o prazo total de 4 anos.
- b) Após a primeira prorrogação do referido concurso, um novo concurso poderá ser iniciado, antes mesmo do transcurso do prazo de validade do concurso anterior e da posse dos aprovados, sem que se esteja violando a CF.
- c) O nome dado ao programa de desenvolvimento não viola CF, uma vez que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter finalidade o atingimento do seu fim último;
- d) Se Tibério for condenado por ato de improbidade, não haverá sanção, desde que ele pague, com recursos próprios, prejuízos causados ao erário.
- e) Lei municipal não poderá disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes do citado órgão, sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade aos seus servidores.

**6. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.**

- a) Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, já que a função jurisdicional é indelegável.
- b) Aos juízes e desembargadores é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quarenta dias do afastamento do cargo, por aposentadoria ou exoneração.
- c) Ao TJRJ compete julgar os juízes do respectivo estado, bem como os seus membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, inclusive os crimes eleitorais.
- d) O TJRJ tem autonomia administrativa e financeira, devendo elaborar a sua própria proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os outros poderes, na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a por meio de seu presidente.
- e) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações por parte do TJRJ que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

**7. Ainda acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta**

- a) Caberá recurso de apelação endereçado ao respectivo tribunal de justiça contra sentença proferida por juiz de direito, mesmo quando este atua no exercício de competência da justiça federal.
- b) O CNJ é composto apenas por membros do Poder Judiciário e tem competência, entre outras, para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- c) Compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato ilegal e abusivo praticado pelo CNJ.
- d) Compete ao STJ julgar as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades de administração indireta.
- e) Compete à União fixar, por meio de lei ordinária, o valor das obrigações de pequeno valor que a fazenda federal, estadual, distrital ou municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, independente de precatório.

**8. As competências reservadas aos estados incluem**

- a) as taxativas previstas na CF.
- b) os assuntos de interesse local.
- c) as normas gerais sobre registros públicos.
- d) as que não são vedadas pela CF.
- e) a edição de normas específicas sobre comércio interestadual.

**9. Assinale a opção em que ambas as matérias citadas são de competência legislativa privativa da União.**

- a) orçamento / desapropriação
- b) proteção à infância / serviço postal
- c) defensoria pública / sistemas de consórcios
- d) custas dos serviços forenses / recursos minerais
- e) direito civil / atividades nucleares de qualquer natureza



**10. Em relação ao poder Judiciário, assinale a opção correta.**

- a) O CNJ é órgão do Poder Judiciário.
- b) A reserva de plenário para declaração de inconstitucionalidade de norma deve ocorrer ainda que o STF não tenha apreciado idêntica questão.
- c) Para a definição do número de juízes em uma comarca, o tribunal deve se ater à efetiva demanda judicial, sendo irrelevante estudo quanto à proporcionalidade entre magistrados e a respectiva população.
- d) A prática de atos jurisdicionais de mero expediente é indelegável, a exemplo dos atos decisórios, por serem eles inerentes à atividade judicante.
- e) Não se admite julgamento secreto no sistema processual brasileiro, em observância à moralidade administrativa e à publicidade dos atos no estado de direito.

## Respostas

**1. Resposta: Letra B** está correta, uma vez que a Constituição de 1988 admite que direitos e garantias também sejam extensivos às pessoas jurídicas. Conforme se pode anotar no caput do artigo 5º, o constituinte originário escolheu a expressão ‘**Todos**’, quer dizer, buscou uma aproximação entre pessoas físicas e jurídicas, bem assim entre nacionais e estrangeiros. Isso é assim pela própria natureza desses direitos e garantias colocados no patamar de direitos fundamentais, pois esses devem primar pela universalidade e pela própria prerrogativa de combater as discriminações e desigualdades. Conforme José Afonso da Silva, “(...) vários dos direitos arrolados nos incisos do art. 5º se estendem às pessoas jurídicas, tais como o princípio da isonomia, o princípio da legalidade, o direito de resposta (...)”, 65 etc. A honra é que dela se tem em relação ao imaginário social. É um direito fundamental a qualquer pessoa, física ou jurídica resguardar essas qualidades contra os atos daqueles que buscam feri-las. Dessa forma é correto dizer-se que as pessoas jurídicas são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais. 66

**2. Resposta: Letra B** está correta, pois conforme os incisos XLII, XLIII e XLIV, do artigo 5º que descrevem os crimes ditos inafiançáveis, isto é, a prática do racismo (inciso XLII), a prática da tortura/o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins/o terrorismo/ e os definidos como crimes hediondos (todos no inciso XLIII) e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (inciso XLIV) foram considerados pelos constituintes originários delitos **inafiançáveis**, decorrentes de sua gravidade e ameaça ao indivíduo, a sociedade e ao Estado.

Observa-se, contudo, que no caso do racismo e da ação de grupos armados, civis ou militares o mesmo constituinte originário **trouxe uma exceção a regra da prescrição**, pois nesses dois incisos também se consideram esses crimes como imprescritíveis. Isso se deve ao fato de que se por um lado esses crimes são de grande gravidade, por outro lado eles ferem frontalmente os princípios fundamentais, bem como a ordem político-jurídica

**3. Letra A (Apenas uma quantidade)** está correta, pois apenas uma das assertivas apresentadas está certa. Vejamos: **No item I** está errado afirmar que a República é uma forma de estado, pois ela como a monarquia é uma forma de governo; da mesma maneira **o item II** está errado, pois a Federação não é uma forma de governo, mas sim de Estado, portanto, há uma inversão nesses dois primeiros itens que os candidatos não podem deixar de observar; em relação **ao item III** a República brasileira não admite forma de secessões, ao contrário, conforme o artigo 60, parágrafo 4º, inciso I, a federação não pode ser ABOLIDA nem mesmo por Emenda Constitucional (assim também o artigo 18, parágrafo 3º declara que aos estados da federação se admite a possibilidade de incorporação, subdivisão, desmembramento, anexação ou mesmo formação de novo estados, **mas nunca a sua separação da Federação** que seria o caso da secessão); no caso **do item IV**, a Constituição fala, no artigo 2º nos poderes da União, e pelo princípio da simetria se estende tais poderes outros membros que formam o Estado no Brasil, que são a **União**, os **estados**, o **DF** e os **Municípios** (importa destacar que no item IV não estão colocados os municípios e por esse outro fator também se invalida o item IV). **O item V** é o único que se apresenta correto, pois define o sentido que a doutrina e a jurisprudência aceitam para a expressão “Estado Democrático de Direito”, portanto, é a única opção que se apresenta CORRETA.

**4. Resposta: Letra C.**

Conforme o parágrafo 3º, do artigo 25 da Constituição, através de Lei complementar são esses entes jurídicos competentes para instituir regiões metropolitanas 67, aglomerações urbanas e microrregiões, quer dizer, a própria Constituição reconheceu essa competência aos Estados Federados. 68 **A letra ‘a’** está errada por que não é competência concorrente, mas conforme o artigo 22 da Constituição é competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais (o parágrafo único do artigo 22, entretanto, autoriza aos estados-membros legislar sobre algumas matérias desse artigo quando tal autorização vier expressa em Lei Complementar, mas note-se que não são todas as matérias aí contempladas, mas aquelas determinadas em Lei complementar.



Isso é o caso de típica delegação 69). **A letra 'b'** está errada por que o tema em questão é, **SIM**, matéria de competência concorrente, conforme o inciso IV do artigo 24 da Constituição. **A letra 'd'** está incorreta por que conforme o parágrafo 2º, inciso II do artigo 29 da Constituição é, **SIM**, crime de responsabilidade quando o prefeito não envia e não repassa os recursos financeiros à câmara de vereadores até o dia 20 de cada mês. **A letra 'e'** está errada por que fala em constituição, e conforme o caput do artigo 32 da Constituição, o DF é regido por Lei Orgânica igual aos municípios.

**5. Resposta: Letra B**

Os incisos II e III, do artigo 37 da Constituição regulam a questão da investidura e do prazo para a validade e prorrogação de concurso público. Observando-se esses dispositivos, principalmente o inciso III se pode anotar que o constituinte originário utilizou a expressão **"até dois anos"** para falar sobre o prazo de validade de concursos públicos. **"Até 2 anos"** não significa que somente serão válidos os novos concursos se respeitados o prazo exato de 2 anos, pois o constituinte se utilizou da expressão **'até'**, o que vai ao encontro do prazo de oito meses propostos no edital do prefeito da questão. E, conforme a Constituição, os cargos em questão foram submetidos à figura do concurso público, o qual é a condição geral para a investidura em cargo ou emprego público. No caso da **letra 'a'**, importa observar que o erro está em impor a validade do concurso uma regra geral que não tem força para impedir o próprio prazo estabelecido no edital do concurso, que obedece ao limite de legalidade previsto. **A letra 'c'**, viola a Constituição, pois o funcionário público, e membros do poder executivo são funcionários públicos, não podem se utilizar da coisa pública para a sua promoção pessoal. **A letra 'd'** está errada na medida em que isenta o prefeito de sanção em caso de improbidade, o que não é aceito pela Constituição e pela probidade administrativa. **A letra 'e'**, por sua vez, não está certa na medida em que limita o poder da lei municipal em relação a sua organização interna no que diz respeito ao seu plano interno de organização

**6. Resposta: Letra D**

**A letra 'd'** está correta por que a Constituição reconheceu aos poderes do Estado autonomia econômica, quer dizer, o poder judiciário ao qual pertence o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro tem, dentro dos limites impostos pelas diretrizes orçamentárias a independência de dispor de sua própria prerrogativa orçamentária (repita-se: até os limites da lei de diretrizes orçamentária ele é independente quanto à matéria econômica que diga respeito a sua própria organização, bem assim qualquer outro tribunal de justiça da federação. No caso da **letra 'a'** ocorre uma confusão entre as funções dos servidores, pois se é verdadeiro que não possuem nenhuma função jurisdicional (exclusiva da magistratura), parte final da questão, por outro lado realizam funções administrativas, mesmo delegadas, desde que dentro de sua capacidade legitimamente reconhecida. Em relação à **letra 'b'**, se é certo, **por um lado** reconhecer o princípio da quarentena, que impede o juiz ou desembargador que se afastou a imediatamente exercer a advocacia no juízo ou tribunal em exercia a magistratura, **por outro lado**, o princípio da quarentena não diz respeito ao prazo de 40 dias, mas sim, conforme dispositivo constitucional previsto no inciso V, parágrafo único do artigo 95, da Constituição, o prazo é de 03 (três) anos. Já a **letra 'c'**, importa sempre lembrar que se é reconhecida aos Tribunais dos estados julgarem os juizes do respectivo estado, bem como os seus membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, **o mesmo não tem competência** para os crimes eleitorais, conforme faz ressalva a parte final do inciso III do artigo 96 da Constituição. Por fim, no caso da **letra 'e'**, a banca provoca os candidatos, pois conforme o parágrafo 5º do artigo 99, da Constituição, em sua parte final apresenta uma condição de exceção para o surgimento de novas despesas ou assunção de obrigações por parte dos Tribunais da federação, quer dizer, quando essas já foram previamente autorizadas mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

**7. Resposta: Letra C.**

O artigo 102 da Constituição Federal apresenta as três formas de competência do Supremo Tribunal Federal (STF): o inciso I, que trata da competência originária; o inciso II, por sua vez trata da competência ordinária; e, finalmente, o inciso III, que diz respeito à competência extraordinária. A letra 'f' do inciso I desse artigo afirma que cabe ao STF, originariamente processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como igualmente contra as ações do Conselho Nacional do Ministério Público. Uma vez que são ações, está aí incluída a figura do mandado de segurança, pois não se pode esquecer que assim como o habeas corpus, o mandado de segurança 70 é uma ação, e não um recurso. **A letra 'a'** busca confundir os candidatos, pois ainda que a justiça estadual e justiça federal sejam tipos de justiça comum, aos juizes federais está reservado como segundo grau de jurisdição os Tribunais Regionais Federais, que se organizam por regiões em nosso país, e não pelos Tribunais de Justiça dos estados-membros, presente em todos os estados da federação. Por sua vez **a letra 'b'** está errada na medida em que afirma que o Conselho Nacional de Justiça é composto apenas de membros do poder judiciário, pois conforme o inciso XIII do artigo 103-B, da Constituição, dois cidadãos de reputação ilibada e notável saber jurídico também terão o direito de pertencer ao CNJ, sendo um indicado pela câmara dos deputados e outro pelo Senado Federal. Mesmo que sejam apenas dois membros, num universo total de quinze membros, não se pode afirmar que todos pertencem ao poder judiciário. No que diz respeito à **letra 'd'**, a competência ali disposta não é do Superior Tribunal de Justiça, mas sim do STF, conforme a letra 'f', do inciso I do artigo 102 da Constituição, e nesse sentido a assertiva está errada. Por fim, no caso da **letra 'e'** não é caso de competência de Lei ordinária, que na Constituição tem o que se convencionou chamar de competência residual, mas é, sim, caso para a Lei complementar.



8. Resposta: **Letra D.**

As competências dos estados da federação são apenas aquelas que não estão vedadas pelo texto constitucional. Não é o caso de se afirmar que os estados têm uma competência residual, pois tal terminologia não é aceita pela doutrina, mas sim que eles têm uma competência remanescente. 71 É importante lembrar que na relação com os municípios esses detêm uma competência suplementar que não foi extensiva aos estados membros. Em se tratando da **letra 'a'**, não se pode falar em competência taxativas, pois o constituinte originário manteve a tradição de 1891, quer dizer, determinou à União e aos Municípios aquelas competências expressas, taxativas, e para os estados ficaram as remanescentes, isto é, todas aquelas que não estão clara e taxativamente descritas no texto constitucional e que não lhe foram expressamente vedadas (conforme o parágrafo 1º do artigo 25, da Constituição). No caso da **letra 'b'**, importa lembrar que a expressão assuntos locais diz respeito aos municípios, sendo uma convenção já pacífica na doutrina para a sua clara identificação. Já em relação a **letra 'c'**, é importante recordar que o inciso XXV, do artigo 22 da Constituição trata daquilo que é competência privativa da União e que, conforme o seu parágrafo único, através de Lei Complementar os estados poderão ser autorizados a legislar sobre as matérias específicas dos temas presentes nesse artigo. Dessa forma não lhes foi reservado (estados membros) competência para legislar sobre registros públicos. Por fim, a **letra 'e'** mais uma vez busca confundir o candidato quando tenta relacionar ao estado membro uma competência explícita que diga respeito ao comércio interestadual. Conforme o inciso VIII do artigo 22, da Constituição, tal tema compete privativamente à União, e apenas através de Lei Complementar poderá o estado vir a legislar sobre tal natureza de comércio realizado entre os estados membros da federação.

9. Resposta: **Letra E.**

Conforme leitura atenta do artigo 22 da Constituição, se pode perceber nos incisos I e XXVI as duas matérias reservadas pelo constituinte originário para a competência legislativa privativa da União. Entretanto, no caso da **Letra 'a'**, a desapropriação (inciso II do artigo 22) faz parte da competência privativa da União, mas a matéria de orçamento não, pois essa está prevista no inciso II, do artigo 24 da Constituição que trata da competência concorrente. Em relação à **letra 'b'**, enquanto o serviço postal é de competência legislativa da União (inciso V), a proteção à infância diz respeito ao inciso XV, do artigo 24, isto é, competência legislativa concorrente. Já na **letra 'c'** a matéria da defensoria está prevista no inciso XIII, do artigo 24, da competência legislativa concorrente, enquanto o sistema de consórcios, sim, tem previsão no inciso XX, do artigo 22 sendo de competência legislativa privativa da União. Por fim no que tange a **letra 'd'**, as duas matérias ali destacadas fazem parte do artigo 24, portanto, ambas são matérias de competência legislativa concorrente: custos dos serviços forenses (inciso IV) e os recursos naturais (inciso VI).

10. Resposta: **Letra A**

O poder judiciário, independente e harmônico como os outros dois poderes que formam o Estado está contemplado a partir do artigo 92, que de forma taxativa identifica os órgãos do poder judiciário (note-se que o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria não estão arrolados ali, portanto, não são órgãos do poder judiciário ainda que o MP e a Defensoria realizem funções judiciárias). Com a Emenda Constitucional de n.º 45, tivemos a criação do Conselho Nacional de Justiça, que está previsto no inciso I - A do artigo 92, portanto, apesar de se constituir em um órgão que tem como natureza de sua função fiscalizadora ser externo, ele é parte do poder judiciário, estando assim, correta a afirmativa da letra a. No caso da **letra 'b'**, na proposta da assertiva não está correto afirmar que a reserva de plenário deve ocorrer ainda que o STF não tenha apreciado idêntica questão, pois no controle de constitucionalidade concentrado não se exige como único espaço de competência a presença desse órgão especial do STF. Em relação à **letra 'c'**, o inciso XIII, do artigo 93, da Constituição é claro quando afirma que "o número total de juizes de uma unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população" (grifo nosso). Portanto é relevante, sim a questão da proporcionalidade entre magistrados e população. A **letra 'd'** não está correta por que no inciso XIV (conforme redação acrescentada pela Emenda Constitucional de n.º 45), do artigo 93 está positivado que os atos de mero expediente, sem caráter decisório são delegáveis, enquanto os atos decisórios, esses sim são de natureza judicante. Por fim, no que diz respeito à **letra 'e'**, o erro está na parte final da assertiva, ao qual o candidato tem que prestar a atenção, pois não vivemos mais num estado de direito, mas sim num estado democrático de direito, **não sendo, assim, os dois conceitos sinônimos**, mas elementos distintos na realidade político-jurídico-constitucional brasileira.